

# Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.502 - SP (2019/0356555-4)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : LUIS ANTONIO CATALANO GARBI  
**ADVOGADO** : LUIS ANTONIO CATALANO GARBI - SP243965  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : LEANDRO APARECIDO DA SILVA BARIA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## EMENTA

*HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE PEÇAS ESSENCIAIS À COMPROVAÇÃO DAS ALEGAÇÕES.

*Writ* liminarmente indeferido.

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **Leandro Aparecido da Silva Baria** contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, que conheceu do *mandamus*, somente no tocante ao excesso de prazo da prisão preventiva, e denegou a ordem.

Aponta a defesa constrangimento ilegal por suposto excesso de prazo na segregação cautelar, argumentando que *já se passaram mais de 2 anos desde a data inicial da prisão do paciente. O julgamento pelo Tribunal do Júri foi marcado somente para fevereiro de 2020* (fl. 5).

Diz que a demora é por culpa exclusiva do aparelho estatal, não derivando de qualquer procrastinação do réu, motivo pelo qual requer *a imediata revogação da prisão preventiva do réu [...], a fim de que o mesmo possa responder a imputação do crime de homicídio em liberdade [...], e ainda, que possa progredir nos autos de execução de pena n. 0003266-59.2019.8.26.0509 em trâmite na [...] DEECRIM 2ª RAJ-Araçatuba/DEECRIM UR2* (fl. 14).

É o relatório.

Inicialmente, anoto que o impetrante **não juntou aos autos todos os documentos relacionados ao paciente, necessários ao deslinde da controvérsia**, em especial o auto de prisão em flagrante e o **decreto de prisão preventiva**, o que configura a

# Superior Tribunal de Justiça

deficiência na instrução do feito.

Nesse passo, inviável a análise da insurgência apresentada nesta impetração, no tocante ao excesso de prazo, ante a ausência de documento essencial ao deslinde da controvérsia, **o que impede a análise acurada do feito.**

O *habeas corpus* não comporta dilação probatória e exige prova pré-constituída das alegações. Cabe ao impetrante o ônus processual de produzir elementos documentais consistentes, destinados a comprovar as alegações suscitadas no *writ*.

Nesse sentido, por exemplo: HC n. 317.882/RJ, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 31/8/2015; e RHC n. 45.789/RJ, Ministro Newton Trisotto (Desembargador convocado do TJ/SC), Quinta Turma, DJe 30/9/2015.

Ante o exposto, com base no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator